

CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2022

TIPO DA LICITAÇÃO: Menor preco

DATA DA REALIZAÇÃO: 28/01/2022 com início às 09:00hs.

LOCAL: Centro Administrativo Municipal

OBJETO: Contratação de empresa para prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares classificados nos Grupos "A", "B" e "E", provenientes dos serviços de Saúde, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde.

O MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEF/RS, representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. LAIRTON ANDRÉ KOECHE, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para o conhecimento de todos os interessados, que realizará, nesta unidade, licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Mensal, objetivando a contratação de contratação de empresa para prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares, o qual será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 14/2008, de 11 de abril de 2008, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste Instrumento Convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada no **dia 28/01/2022** com início às 09:00 horas, no Centro Administrativo do Município de Victor Graeff, localizada na Avenida João Amann, nº 690, Centro, Victor Graeff/RS, e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) com o auxílio da Equipe de Apoio.

1- DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objetivo a contratação de empresa para prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares classificados nos Grupos "A", "B" e "E", provenientes dos serviços de Saúde, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde conforme **Termo de Referência – Anexo I** deste edital.

Item 01 – Resíduos classificados nos Grupos A e E, até o limite de 03 (três) bombonas de 200 litros/mês;

Item 02 – Resíduos classificados *no Grupo* B, 01 (uma) bombona de 50 litros/mês.

1.2. A coleta dos resíduos hospitalares será realizada no Centro de Saúde Ivo Otto Schneider, localizado na Avenida Cochinho, 920 Centro, Victor Graeff, <u>COM FREQUÊNCIA QUINZENAL</u>, com veículos devidamente licenciados, observando-se o artigo 8º, da Resolução n.º 358/2005, do CONAMA.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



- 1.3. A empresa vencedora deverá obedecer rigorosamente todas as Normas Técnicas dispostas pela Legislação para a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos de serviços de saúde, obedeçam às normas ambientais legais e de vigilância sanitária assumindo integral e exclusiva responsabilidade.
- **1.4.** A coleta dos resíduos devera ser efetuada pela empresa vencedora através de seus funcionários devidamente equipados e treinados.
- **1.5.** A *CONTRATANTE* responsabiliza-se pelo correto acondicionamento, em suas devidas embalagens, de acordo com a natureza dos resíduos, para posteriormente, serem enviados para tratamento e disposição final.
- **1.6.** A CONTRATANTE será responsável pelo correto armazenamento dos resíduos gerados em seu estabelecimento, depositando-os para coleta **nos recipientes fornecidos pela CONTRATADA** em local previamente estabelecido.
- **1.7**. A CONTRATADA deverá emitir laudo técnico mensal, assinado por responsável técnico, atestando a execução dos serviços prestados pela empresa, discriminando o ponto de coleta, as categorias de resíduos coletados, a quantidade em litros, o tratamento e a destinação final dos resíduos.

2- DA PATICIPAÇÃO

- **2.1.** Poderão participar da presente licitação os legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e que apresentarem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no preâmbulo deste Edital.
- **2.2.** É vedada a participação de empresas distintas, constituídas pelos mesmos sócios, no mesmo processo licitatório, sob pena de serem consideradas inabilitadas.

3- DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidos pela Comissão no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de **nº 01** e **nº 02**, sugerindo-se a seguinte forma de apresentação:

AO MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF ENVELOPE N° 01 – "PROPOSTA DE PREÇOS" PREGÃO PRESENCIAL N° 2/2022 LICITANTE (RAZÃO SOCIAL COMPLETA DA EMPRESA E Nº DO CNPJ)

AO MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF ENVELOPE N° 02 – "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" PREGÃO PRESENCIAL N° 2/2022 LICITANTE (RAZÃO SOCIAL COMPLETA DA EMPRESA E Nº DO CNPJ)



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





4- DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- **4.1.** A interessada deverá apresentar-se para **Credenciamento** junto ao Pregoeiro, a partir das 8 horas e 15 minutos do dia e horário estipulado, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regulamente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.
- 4.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação.
- **4.1.2.** A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 4.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.
 - **4.2.** O credenciamento será feito da seguinte forma:
- **4.2.1.** Se representada diretamente, por meio de **dirigente**, **proprietário**, **sócio ou assemelhado** da empresa proponente, deverá apresentar:
- a) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
- b) documentos de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial, ou de sociedade por ações;
- c) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- d) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
 - e) registro comercial devidamente registrado, se empresa individual.
 - **4.2.2.** Se **representada por procurador**, deverá apresentar:
- a) Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida em cartório, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou
- b) **TERMO DE CREDENCIAMENTO (Anexo III)** outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação: Em ambos os casos (a ou b), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

4.3. Caso o contrato social ou o estatuto determinarem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para fins deste procedimento licitatório.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





- **4.4.** Será permitida a entrega de envelopes ou quaisquer outros documentos através de via postal ou por terceiros, a fim de assegurar a participação na licitação, exceto participar da fase de lances verbais, desde que a documentação atenda a todos os requisitos do edital, quanto ao credenciamento, proposta de preços e habilitação, bem como observe os prazos estabelecidos para a realização do pregão.
- **4.5**. O Município de Victor Graeff/RS não tem qualquer responsabilidade pela não entrega dos envelopes enviados na forma do item nº 4.4, quando de responsabilidade dos Correios ou terceiros, no local onde se realizará a sessão do pregão.
- **4.6.** Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório à presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes á licitação.
- **4.7.** Todos os documentos exigidos para credenciamento, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, funcionário do Município ou órgão da imprensa oficial.
- **4.8.** As empresas que pretenderem se utilizar dos benefícios da Lei Complementar nº123/06, deverão apresentar **por fora dos envelopes** de Proposta e Documentação, para análise do Pregoeiro, os seguintes documentos:
- a) Declaração, firmada por contador ou técnico contábil do exercício contábil, de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sob as penas da Lei.
- **4.9.** O não atendimento ao solicitado no item 4.8 acima, será entendido como renúncia a qualquer privilégio e a empresa receberá o mesmo tratamento dispensado às demais não beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa.
 - **4.10.** Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.
- **4.11.** O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública de pregão, consultar o Cadastro da licitante, para comprovar os poderes do Credenciamento e/ou Procuração caso necessário.
- **4.12.** O uso de telefone celular durante a sessão de lances só poderá ser feito mediante permissão do Pregoeiro.

5- DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes referentes **PROPOSTAS DE PREÇO e DOCUMENTAÇÃO**, acompanhados da **DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE** (**Anexo VI**), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação bem como a ciência e vinculação a todos os termos da presente licitação, como condição indispensável de participação, conforme disposto no inciso VII do Art. 4º da Lei n.º 10.520/2002.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





- **5.1.1.** Se a licitante não apresentar a DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (Anexo VI) seu representante poderá fazê-la, de próprio punho, desde que seja autorizado pelo Pregoeiro.
- **5.2.** Se a licitante encaminhar sua proposta, e não se fizer representar no momento do credenciamento, deverá encaminhar as seguintes declarações, fora dos envelopes de habilitação e de propostas:
 - a) Declaração de Conformidade (Anexo VI);
- b) Declaração, firmada por contador e reconhecida em cartório, de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termo da legislação.
- **5.3.** Uma vez encerrado o prazo para entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

6- PROPOSTA DE PREÇO

- **6.1.** A proposta deverá ser apresentada no **ENVELOPE № 01**, em uma via, preenchida, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada identificada com a razão social da licitante.
 - **6.2**. A proposta deverá conter:
- a) Razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail e nome da pessoa indicada para contato;
- b) Proposta financeira, mencionando o valor mensal de cada item e para 12 (doze) meses, sugere-se que seja datilografada ou impressa, assinada pelo representante legal da empresa;
- c) no preço ofertado, deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas, contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, ficais, comerciais e despesas com o veículo, que eventualmente incidam sobre a operação, os quais correrão por conta da licitante vencedora;
- d) A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da abertura da mesma.
- e) Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições ora estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros, equívocos e omissões havidas nas cotações de preços são de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo qualquer recurso no caso de erro para valores estipulados a maior, e consequente desclassificação, nem tampouco, em caso de erro a menor, eximir-se da execução dos serviços objeto da presente licitação.

Observação: Serão considerados para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver também em eventual contratação.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





7- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **7.1.** O julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, aplicando-se o tipo **Menor Preço Global**
- **7.2.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento), superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.
- **7.3.** Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.2, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- **7.4.** No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a **partir do autor da proposta classificada de maior preço**, até a proclamação do vencedor.
- **7.5.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- **7.6.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda ordem de classificação decrescente dos preços.
- **7.6.1.** Dada a palavra à licitante, esta disporá de **1 (um) minuto** para apresentar nova proposta.
 - **7.7.** É vedada a oferta de lance com empate.
- **7.7.1.** A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a **R\$ 5,00 (cinco)** reais sobre o preco do item.
- **7.8.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.
- **7.9.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- **7.10.** Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre as propostas escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- **7.11.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- **7.12.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o **Menor Preço Global**, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, decidindo, motivadamente, a respeito.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000



MUNICIPRO DE VICTOR GRAEFF
"Mais traballo, movas realizações"
AMA 2021-2021

7.13. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.

7.14. Serão desclassificadas:

- a) as propostas que não atenderem as exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos deste edital.
 - c) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.
- **7.15.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- **7.16.** Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do **empate ficto**, previsto no Art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 4.3 ou 4.5 deste edital.
- **7.17.** Entende-se como **empate ficto** aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- **7.18. Ocorrendo o empate**, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese dos itens 4.3 ou 4.5 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.
- **7.19.** Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item anterior deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- **7.20.** O disposto nos itens 7.13 a 7.15 deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





- **7.21.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- **7.22.** Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.
- **7.23.** A sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações, conforme previsto neste Edital.
- **7.24.** Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8- CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

A critério do Pregoeiro e Equipe de Apoio, poderão ser desclassificadas as propostas apresentadas em desconformidade com este Edital, bem como as que apresentem preços superestimados ou inexeqüíveis.

9- DA HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação neste pregão, à empresa participante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

9.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores:
- c) inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhando de Prova de Diretoria em Exercício:
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- **9.1.1.1.** Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se apresentados na ocasião do credenciamento.

9.1.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ (matriz e ou filial).
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Federal (CND da Fazenda Federal e Dívida Ativa da União);



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovado através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.1.3. Qualificação Econômica - Financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame.

9.1.2. Qualificação Técnica:

- **a)** Registro ou inscrição de Pessoa Jurídica na entidade Profissional Competente, em nome da empresa licitante;
- **b)** Comprovação de que a licitante possui vínculo com profissional de nível superior, que a lei atribuir função específica para o objeto licitado, com habilitação específica para os serviços ora licitado, e que será o responsável pela execução dos serviços durante a execução do contrato;
- c) Certidão de inscrição do responsável técnico (profissional indicado no subitem anterior) no Conselho Competente;
- **d)** Declaração que os veículos utilizados para a coleta e o transporte externo dos resíduos de serviços de saúde devem atender às exigências legais e às normas da ABNT:
- e) sendo empresa sediada no Estado do Rio Grande do Sul, deverá apresentar a licença operacional da FEPAM/RS, abrangendo todas as etapas de execução do serviço; caso tenha sede em outro Estado, deverá apresentar, para as etapas de COLETA e TRANSPORTE, autorização/licença da FEPAM/RS, considerando que esses serviços serão realizados no Município de Victor Graeff/RS e, para os serviços de TRATAMENTO e DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS (RSS), observando-se para este último, a destinação final em ATERRO SANITÁRIO, a licença operacional do órgão competente em matéria ambiental do respectivo Estado no qual possui sede:
- f) Relativo à destinação final dos resíduos, caso a Licença de Operação não seja expedida em nome da licitante, deverá esta fazer prova, mediante apresentação de contrato, termo de concessão de uso, ou declaração, expedido pelo titular da Empresa Licenciada, comprometendo-se a aceitar o recebimento dos resíduos provenientes do Município de Victor Graeff, pelo período de 60 (sessenta) meses.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





- **g)** Apresentar PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) bem como atestado de responsabilidade técnica (ART) do profissional responsável.
- **h)** Apresentar declaração ou atestado de que está implantado na Empresa o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), assinado pelo responsável técnico conforme especificações da Instrução Normativa n.º 85/2016.
- i) Comprovante de Cadastro técnico Federal da empresa licitante junto ao IBAMA;
- j) Apresentar Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e industriais, assinado pelo responsável técnico, bem como sua ART.
- **k)** Declaração de a Empresa possui recursos humanos e materiais para o cumprimento do objeto ora licitado.

9.1.5. Outras Comprovações:

- a) Declaração de Inidoneidade, **(Anexo IV)** e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93.
- b) Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 (Anexo V), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.
- c) Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos.

9.1.6. Disposições Gerais da Habilitação

- a) Os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, funcionário do município ou órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.
- b) Não serão aceitos documentos via fax, nenhum protocolo de entrega em substituição aos documentos anteriormente mencionados.
- **9.2.** A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 4.3 ou 4.5 que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previsto no item 8.1.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

I - Entende-se por restrição:

- a) Certidão Positiva de gualquer esfera ou documento que comprove débito:
- b) Informação fiscal do contribuinte em débito (Receita Federal);
- **9.2.1.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





- **9.2.2.** Ocorrendo a situação prevista no item 8.2, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.
- **9.2.3.** O benefício de que trata o item 8.2 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- **9.2.4.** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 8.2, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 17 deste edital.
- **9.3.** Os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.
- **9.4.** O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

10- DA ADJUDICAÇÃO

- **10.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- **10.2.** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- **10.3.** Encerrado o julgamento das propostas e habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

11- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- **11.1.** Tendo a empresa participante manifestado a intenção de recorrer na sessão pública do Pregão, terá o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso.
- **11.2.** Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





03 (três) dias, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

- **11.3.** A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão Pública do Pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- **11.4.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da subida do recurso, sob a pena de responsabilidade daquele que houver dado causa a demora.

12- DOS PRAZOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- **12.1.** Esgotados todos os prazos recursais, e após Homologação do Prefeito Municipal, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sansões previstas neste edital.
- **12.2.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso daquele.

13- DO PAGAMENTO

- **13.1**. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subseqüente da prestação do serviço, mediante apresentação da fatura, com observância do estipulado pelo artigo 5º da Lei 8.666/93 e suas alterações. Observados os descontos Municipais relativos ao ISS (Imposto Sobre Serviços), 11% de retenção para o INSS, de conformidade com a Instrução Normativa nº. 971/2009 e os 1,5% de retenção para o IRRF, de conformidade com o Decreto nº. 9.580/2018.
- **13.2.** O pagamento será creditado em favor da licitante vencedora, na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- **13.3.** O **CNPJ da contratada** constante na Nota Fiscal de fatura **deverá ser o mesmo** da documentação apresentada no processo licitatório.

14- DO PRAZO

- **14.1.** O contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o máximo permitido por Lei.
- **14.2.** A cada nova renovação o contrato poderá ser reajustado com base no *INPC* ou outro índice oficial que por ventura venha a substituí-lo, mediante *TERMO ADITIVO* a ser firmado entre as partes.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





14. DA FISCALIZAÇÃO

- **14.1.** A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, acompanhará e fiscalizará pelo cumprimento de todas as disposições e obrigações do presente contrato.
- **14.2.** A fiscalização sobre todos os termos do presente contrato, a ser exercida pelo CONTRATANTE, ocorrerá para preservar o interesse público, sendo que eventual atraso ou deficiência nos serviços não lhe implicará na co-responsabilidade.

15- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.301.0005.2.103 ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção Atenção Básica

RUBRICA: 3.3.90.39.00.0000 – Serviços de Pessoa Jurídica (458)

16- DAS PENALIDADES

- **16.1.** A recusa pela Contratada em atender ao objeto adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.
- **16.2.** A **prestação dos serviços em desacordo** com o objeto licitado, acarretará multa de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias, para sanar a irregularidade. Após esse prazo, o contrato será rescindido, aplicando-se as penalidades previstas.
- **16.3.** O **atraso** na prestação dos serviços, acarretará a multa de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10%(dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada as penalidades previstas.
- **16.4.** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) **Manter comportamento inadequado durante o pregão:** afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos:
- c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000



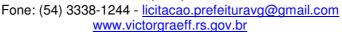


- d) **Inexecução parcial do contrato:** suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- e) **Inexecução total do contrato:** suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- f) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
- **16.5.** Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
- **16.6.** No caso de aplicação de multa, a **CONTRATADA** será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.
- **16.7.** As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.
- **16.8.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **17.1.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, no setor de licitações.
- **17.2.** Ocorrendo decretação de feriado ou de qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, esta será transferida, para o primeiro dia útil ou de expediente subsequente ao fixado.
- <u>17.3.</u> Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as empresas participantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.
- 17.4. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





- **17.5.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.
- **17.6.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- **17.7.** A Administração pode anular a licitação, quando eivada de vícios que a torna ilegal ou revogá-la, por motivo de conveniência ou oportunidade, na forma da Súmula 473, do STF.
- 17.8. Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00hs às 17:00hs de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal, pelos telefones (054) 3338 1244 ou 1273, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Setor de Compras e Licitações, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.
 - 17.9. Fazem parte integrante deste Edital:
 - a) Anexo I Termo de Referência
 - b) **Anexo II** Minuta do Contrato
 - c) Anexo III Modelo Credenciamento
 - d) Anexo IV Modelo de Declaração de Idoneidade
- e) **Anexo V** Modelo Declaração Cumprimento Art. 7º da Constituição Federal.
 - f) **Anexo VI** Modelo Declaração de Conformidade
 - h) **Anexo VII** Modelo de Proposta
- **17.10.** O Edital relativo ao objeto desta licitação, encontra-se à disposição dos interessados no site do Município www.victorgraeff.rs.gov.br, ou no Setor de Licitações, junto a Prefeitura Municipal.

Este processo foi analisado, sob o prisma jurídico-formal, e se acha aprovado ela Procuradoria Jurídica, podendo ter regular prosseguimento.

Victor Graeff/RS; 14 de Janeiro de 2022.

LAIRTON ANDRÉ KOECHE

Prefeito Municipal

DIEGO PAIM FEISTAUER

OAB/RS 102321 Procurador Geral



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL №. 2/2022 Menor Preço

1. OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- **1.1.** Contratação de empresa para prestação dos <u>serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final</u> de resíduos hospitalares do Grupo "A", Grupo "B" e Grupo "E", provenientes dos serviços de Saúde, de acordo com as resoluções CONAMA 358/05 e ANVISA 306.
- **Item 01** Resíduos Hospitalares: Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos de saúde de Classe I do Grupo "A/E", até o limite de 03 (três) bombonas de 200 litros mês;
- **Item 02** Destinação Final dos Resíduos Químicos de classe I do Grupo "B", 01 (uma) bombona de 50 litros.
- **1.2.** A coleta dos resíduos hospitalares será realizada no Centro de Saúde Ivo Otto Schneider, localizado na Avenida Cochinho, 920 Centro, Victor Graeff, <u>COM FREQUÊNCIA QUINZENAL</u>, com veículos devidamente licenciados, observando-se o artigo 8º, da Resolução n.º 358/2005, do CONAMA.
- 1.3. A empresa vencedora deverá obedecer rigorosamente a todas as Normas Técnicas disposta pela Legislação Ambiental e FEPAM/RS para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos de serviços de saúde, pela qual assumirá a integral e exclusiva responsabilidade.
- **1.4.** A coleta dos resíduos devera ser efetuada pela empresa vencedora através de seus funcionários devidamente equipados e treinados.
- **1.5.** A CONTRATANTE responsabiliza-se pelo correto acondicionamento dos resíduos, em suas devidas embalagens, de acordo com a natureza dos resíduos, para posteriormente, ser enviados pra tratamento e disposição final.
- **1.6.** A CONTRATANTE será responsável pelo correto armazenamento dos resíduos gerados em seu estabelecimento, depositando-os para coleta nos recipientes fornecidos pela CONTRATADA em local previamente estabelecido.

2. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as normatizações, a quantidade de resíduos gerados e os cuidados exigidos na coleta, transporte e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde, a contratação de empresa para Prestação de Serviços Contínuos de Coleta, Transporte e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde dos Grupos "A", "B" e "E" gerados no Município de Victor Graeff/RS, em conformidade com a Resolução CONAMA Nº. 358/2005, Resolução RDC ANVISA Nº. 306/2004, Resolução Nº. 33/2006, PORTARIA CVS nº 21, DE 10/09/2008 e Lei Paulista Nº.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann. 690. CEP: 99350-000



www.victorgraeff.rs.gov.br



15.413/14, se faz imprescindível por tratar-se de serviço público contínuo e indispensável, sendo necessária a contratação de empresa para a realização do serviço devido ao fato deste município não possuir os equipamentos e os funcionários necessários e imprescindíveis para a sua realização, bem como não ter área disponível e autorizada para a destinação final dos RSS.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS/ QUANTIDADES DOS SERVIÇOS/PREÇO DE REFÊRENCIA

| Lote | Item | Quant. Estimada | Unid | Descrição | V.Unitário Estimado | V. V.Total 12 meses |
|--|------|--------------------|------------|--|------------------------|------------------------|
| | | | | | Mês R\$ | R\$ |
| 01 | 01 | 600 | Lts/mês | transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos de saúde de Classe I do Grupo "A/E", até o limite de 03 (três) bombona de 200 litros/mês. | 694,00 | 7.680,00 |
| | 02 | 50 | Lts/mês | Destinação Final dos Resíduos Químicos de classe I do Grupo "B", <u>01 (uma) bombona de 50</u> <u>litros / mês</u> | 123,67 | 1.484,04 |
| TOTAL MENSAL ESTIMADO ITEM 1 + ITEM 2: | | | R\$ 817,67 | - | | |
| TOTAL ESTIMADO 12 MESES | | | - | 9.812,04 | | |

4. **FUNDAMENTO LEGAL**

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 11.488, de 15 de junho de 2007 (art. 34) e demais normas complementares, que disciplinam a licitação em epígrafe e integrarão o ajuste correspondente.

DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

- 4.1. A prestação de serviços será por um período de 12 (doze) meses, sendo contado a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado desde que haja acordo entre ambas as partes e sejam mantidas as cláusulas do certame.
- 4.2. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos serviços prestados na sua integralidade, incluindo a disponibilização de tambores ou bombonas, com sistema fechado (tampa), e coletores de perfurocortantes para armazenamento temporário dos resíduos, de acordo com a RDC/ANVISA nº 306/2004. O fornecimento de embalagens deverá ocorrer em regime de comodato.

MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF/RS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA SETOR DE LICITAÇÕES CNP 1: 87 613 485/0001-77



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann. 690. CEP: 99350-000

Fone: (54) 3338-1244 - licitacao.prefeituravg@gmail.com

www.victorgraeff.rs.gov.br



- **4.3.** A CONTRATADA deverá efetuar a coleta, transporte e destinação final correta dos resíduos (RSS).
- **4.4.** A CONTRATADA deverá emitir laudo técnico mensal, assinado por responsável técnico, atestando a execução dos serviços prestados pela empresa, discriminando o ponto de coleta, as categorias de resíduos coletados, a quantidade em litros, o tratamento e a destinação final dos resíduos.
- **4.5.** A empresa deverá disponibilizar veículo apropriado para o transporte dos resíduos coletados, conforme normas da ABNT, atendendo as resoluções do CONAMA nº 35/2005 e da ANVISA nº 306/2004.
- **4.6.** A CONTRATADA deverá utilizar as tecnologias de tratamento e/ou destinação final de acordo com as propriedades físicas ou químicas dos resíduos, ou seja, autoclavagem, neutralização, solidificação, encapsulamento, incineração, entre outras que atendam as disposições legais NBR 11.134, CONAMA 358/05 e ANVISA 306/04.
- **4.7.** A CONTRATADA deverá realizar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, com responsabilidade e segurança conforme determina as Resoluções nº 358/05 do CONAMA e 306/04 da ANVISA, sem agredir ao meio ambiente ou a saúde pública, respeitando todas as normas da ABNT e as leis que regem os serviços.
- **4.8.** A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários os Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) necessários para a execução dos serviços.
- **4.9.** Em casos de acidente com material perfurocortante e/ou exposição e material biológico durante a coleta de resíduos no Município, caberá a CONTRATADA realizar a Notificação de Acidente de Trabalho e adotar as medidas necessárias.
- **4.10.** Uma vez notificada por irregularidade observada no cumprimento à prestação de serviço de coleta dos resíduos da saúde, a CONTRATADA terá o prazo de 03 (três) dias para regularizar a desconformidade. Encerrado o prazo serão aplicadas as sanções administrativas contratuais.

5. DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente da prestação do serviço, mediante apresentação da fatura, com observância do estipulado pelo artigo 5º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6. DO PRAZO

5.1. O prazo de vigência para a execução dos serviços, objeto deste termo, será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, através de aditivos, até o limite previsto no art. 57 inciso II, da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, previamente autorizado pela autoridade competente.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.10.301.00122.2.051

ATIVIDADE: 2.051 – Manutenção e Operacionalização do Hospital Municipal RUBRICA: 3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

8. DAS PENALIDADES

8.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita às sanções previstas no presente Edital, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.

Victor Graeff/RS, 14 de Janeiro de 2022.

LAIRTON ANDRÉ KOECHE

Prefeito Municipal



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





ANEXO II MINUTA DO CONTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| Contrato nº/ | <u> </u> |
|-------------------|---------------|
| Pregão Presenc | ial nº /202 |
| Processo Licitate | ório nº /2022 |

| MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF-RS, com sede na Avenida João |
|---|
| Amann, nº 690, CNPJ nº 87.613.485/0001-77, doravante denominado apenas |
| CONTRATANTE, neste ato representante por seu Prefeito Municipal, Sr. LAIRTON |
| ANDRÈ KOECHE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Victor |
| Graeff/RS, portador do CIC nº. 599.607.440-00, e de outro lado,, |
| CNPJ n^{ϱ} , estabelecida na, n^{ϱ} , CEP n^{ϱ} , |
| neste ato representado por e RG |
| nº, doravante denominado de CONTRATADA, celebram o presente |
| contrato com fundamento na Lei 8.666/93 e suas alterações, e Pregão Presencial nº |
| 2/2022, tem entre si, como justo e contratado o que segue: |

CLÁUSULA PRIMEIRA: o presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares classificados nos Grupos "A", "B" e "E", provenientes dos serviços de Saúde.

Item 01 – Resíduos classificados nos Grupos A e E, até o limite de 03 (três) bombonas de 200 litros mês;

Item 02 – Resíduos classificados no Grupo B, 01 (uma) bombona de 50 litros.

Parágrafo Primeiro: A coleta dos resíduos hospitalares será realizada no Centro de Saúde Ivo Otto Schneider, localizado na Avenida Cochinho, 920 Centro, Victor Graeff, <u>COM FREQUÊNCIA QUINZENAL</u>, com veículos devidamente licenciados, observando-se o artigo 8º, da Resolução n.º 358/2005, do CONAMA.

Parágrafo Segundo: A contratada deverá obedecer rigorosamente todas as Normas Técnicas dispostas pela Legislação para a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos de serviços de saúde, obedeçam às normas ambientais legais e de vigilância sanitária assumindo integral e exclusiva responsabilidade.

Parágrafo Terceiro: A coleta dos resíduos devera ser efetuada pela empresa Parágrafo Quarto: A CONTRATANTE responsabiliza-se pelo correto acondicionamento dos resíduos, em suas devidas embalagens, de acordo com a natureza dos resíduos, para posteriormente, ser enviados pra tratamento e disposição final.

Parágrafo Quinto: A CONTRATANTE será responsável pelo correto armazenamento dos resíduos gerados em seu estabelecimento, depositando-os



CNPJ: 87.613.485/0001-77 João Amann, 690, CEP: 99350-000





para coleta nos recipientes fornecidos pela CONTRATADA em local previamente estabelecido.

Parágrafo Sexto: Os serviços, objeto deste contrato, se iniciarão logo após a assinatura deste contrato e/ou a respectiva ordem de serviço, sendo o carregamento de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATANTE pagará mensalmente a CONTRATADA, pelos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos dos Resíduos do Grupo "A/E", a importância de **R\$** ------ (--------------------------) mensais, até o limite de 03 (três) bombonas de 200 litros mês; para os resíduos químicos do Grupo "B" a importância de **R\$** ------- (-------------------------) por litro coletado, até o limite de 50 litros mensal.

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, a fatura do mês subseqüente à prestação dos serviços realizados, que deverá ser pago até o 10º (décimo) dia, após a apresentação da referida fatura, e com observância do estipulado pelo art. 5º da Lei 8.666/93 e suas alterações. Observados os descontos Municipais relativos ao ISS (Imposto Sobre Serviços), 11% de retenção para o INSS, de conformidade com a Instrução Normativa nº. 03/2005 e os 1,5% de retenção para o IRRF, de conformidade com o Decreto nº. 3000/99.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA deverá emitir laudo técnico mensal, assinado por responsável técnico, atestando a execução dos serviços prestados pela empresa, discriminando o ponto de coleta, as categorias de resíduos coletados, a quantidade em litros, o tratamento e a destinação final dos resíduos.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA:</u> O preço ajustado inclui todos e quaisquer encargos trabalhistas e previdenciários, assumindo a CONTRATADA a mais ampla responsabilidade do concerne à mão de obra, inclusive Seguro de Acidente de Trabalho.

<u>CLÁUSULA QUARTA</u>: Para as coletas dos resíduos do Grupo A e grupo E as coletas serão realizadas com frequência quinzenal e, para os resíduos químicos do Grupo B de acordo com a necessidade da Contratante.

<u>CLÁUSULA QUINTA:</u> Os resíduos mencionados na cláusula anterior deverão estar dentro de sacos plásticos e acondicionados nas bombonas entregues para o tal fim. Em hipótese alguma estes resíduos devem ser acondicionados nas bombonas sem que estejam dentro de sacos, mencionados anteriormente.

<u>CLÁUSULA SEXTA:</u> Será de responsabilidade da **CONTRATADA** o tratamento final dos resíduos dos Serviços de Saúde coletados, que deverá proceder o tratamento dos mesmos.



este Contrato.

MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF/RS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA SETOR DE LICITAÇÕES

CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000



MINICIPIO DE VICTOR GRAEFF
"Mulis traballo, novas realizações"
ANA 2021-2023

<u>CLÁUSULA SÉTIMA:</u>Fica a cargo da Contratada qualquer tributo, seja federal, estadual ou Municipal, que incida ou venha incidir sobre os serviços referentes a

<u>CLÁUSULA OITAVA:</u> A execução do presente contrato será acompanhado e fiscalizado por um representante da Secretaria Municipal de Saúde, através de servidor designado que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinado o que for necessário à regulamentação das faltas ou defeitos observados, sem que isso importe na redução da responsabilidade da Contratada pela boa execução do contrato.

<u>CLÁUSULA NONA:</u> O prazo de duração do presente contrato será pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, através de aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, previsto no art. 57 inciso II, da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Paragráfo Primeiro: Os preços, em caso de prorrogação do contrato, serão reajustados anualmente pelo INPC ou por outro índice oficial que venha substituí-lo.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA:</u> O presente contrato só poderá ser alterado nas hipóteses previstas no Art.65, incisos e parágrafos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA: Quaisquer das alterações do presente contrato serão objetos de Termo Aditivo, conforme Artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Primeiro: A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo: As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:</u> O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das razões constantes no art. 77 a 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:</u> Constitui direito da Contratante receber a prestação de serviços, objeto deste contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor do contrato na forma e prazos convencionados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Dos direitos e obrigações:

a) À CONTRATADA cabe cumprir o contrato, executando-o de forma satisfatória à CONTRATANTE.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann. 690. CEP: 99350-000



www.victorgraeff.rs.gov.br



b) A Contratante cabe fiscalizar se o contrato está sendo cumprido a contento. Caso não esteja, terá o direito de solicitar providências pela forma escrita ou verbal à CONTRATADA. Caberá à CONTRATADA arcar com qualquer prejuízo que vier a causar a terceiros em decorrência da execução deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada, as seguintes sanções:

- a) Advertência:
- b) Multa de 10% do valor do contrato, no caso de inobservância de qualquer cláusula contratual;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Caberá a CONTRATADA assumir a inteira responsabilidade pelo passivo ambiental decorrente da disposição final dos resíduos, ficando também sob sua responsabilidade atender a eventuais alterações na legislação ambiental que promovam modificações nos procedimentos relacionados com o gerenciamento dos resíduos, mesmo que isto implique em inovações e adaptações tecnológicas, constituindo-se a CONTRATADA, portanto, com exclusividade, na detentora das obrigações e direitos decorrentes da destinação dos resíduos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.301.0005.2.103 ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção Atenção Básica

RUBRICA: 3.3.90.39.00.0000 – Serviços de Pessoa Jurídica (458)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O presente contrato é celebrado com observância das disposições contidas da lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: As partes elegem o FORO da Comarca de Não Me Toque, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





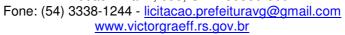
E, por estarem plenamente ajustados, e de acordo com as cláusulas supra transcritas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma, teor e valor, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza de imediato, seus jurídicos e legais efeitos.

Victor Graeff/RS; --- de ----- de 2022.

| LAIRTON ANDRÉ KOECHE | |
|----------------------|------------|
| Prefeito Municipal | |
| Contratante | CNPJ nº |
| | Contratada |
| Testemunhas: | |
| 1. | 2. |



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





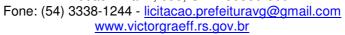
ANEXO III CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2022 Menor Preço do lote

| A empresa, inscrita no CNPJ sob nº |
|--|
| , através do presente, credencia o(a) Sr(a), portador da cédula |
| de identidade nº e CPF nº a participar da licitação |
| nstaurada pelo Município de Victor Graeff, na modalidade de Pregão Presencial, |
| sob o nº 2/2022, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL , outorgando-lhe blenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular |
| propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. |
| |
| de 2022 |



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(dentro do envelope nº 02)

| PREGÃO PRESI | ENCIAL | Nº 2/2022 |
|----------------|--------|-----------|
| Menor Preco do | lote | |

| A empresa, inscrita no CGC/CNPJ sob nº, através de seu Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública. |
|---|
| Por ser expressão de verdade, firmamos o presente. |
| dede 2022 |



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





ANEXO V

DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO ART. 7º DA CF.

(dentro do envelope nº 02)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2022 Menor Preço

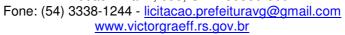
Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Pregão Presencial nº 2/2022, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

| ; de de 2022. |
|---------------|
| CGC/CNPJ: |
| Razão Social: |



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

(por fora dos envelopes)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2022 Menor Preço

| A empresa, através de seu Representante Legal, declara, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos de habilitação, ou seja, que o envelope identificado como o de nº 02 contém todas as exigências editalícias que comprovam a regularidade jurídica e fiscal, bem como a capacitação técnica e econômica da empresa, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002. |
|--|
| Por ser expressão de verdade, firmamos o presente. |
| ; de de 2022. |



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2022 Menor Preço Global

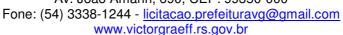
Contratação de empresa para prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares classificados nos Grupos "A", "B" e "E", provenientes dos serviços de Saúde, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde.

| Proponente | | |
|--------------------------------------|--------------------|-------------|
| Nome / Razão Social da Proponente | | |
| Endereço | | |
| CNPJ/MF | DDD/Telefone/Fax | < |
| e-mail (se houver): | | |
| Representante legal | RG | CIC/MF |
| Qualificação: (Nacionalidade, estado | civil e profissão) | |
| Cargo / Função: | | |
| Endereço: | | |
| BANCO: | AGÊNCIA | № : |
| CONTA CORRENTE Nº: | | |

| Lote | Item | Quant. Estimada | Unid | Descrição | V.Unitário Estimado Mês R\$ | V. V.Total 12 meses R\$ |
|------|------|--------------------|---------|---|-----------------------------------|-------------------------------|
| 01 | 01 | 600 | Lts/mês | Resíduos Hospitalares: Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos de saúde de Classe I do Grupo "A/E", até o limite de 03 (três) bombona de 200 litros/mês. | illes riq | 7.0 |
| | 02 | 50 | Lts/mês | Destinação Final dos Resíduos | | |



CNPJ: 87.613.485/0001-77 Av. João Amann, 690, CEP: 99350-000





| Químicos de classe I do Grupo "B", <u>01 (uma) bombona de 50</u> | |
|---|--|
| <u>litros / mês</u> | |

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

DECLARO, sob as penas da Lei, que a prestação de serviços ocorrerá em conformidade com as especificações constantes no Edital, as normas técnicas aplicáveis e a legislação ambiental. Que os preços cotados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Representante Legal Assinatura Carimbo CNPJ